

Proposta de Lei n.º 38/XV/1.^a
(Aprova o Orçamento de Estado para 2023)

Proposta de Aditamento

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido CHEGA apresenta a seguinte proposta de aditamento:

TÍTULO I
Disposições Gerais
CAPÍTULO IX
Outras Disposições

Artigo 118.º - A

Isenção de pagamento de propinas no ensino público para todos os militares das
Forças Armadas

O Governo, em 2023, isenta do pagamento de propinas no ensino público todos os militares das Forças Armadas.

Nota justificativa:

Num momento especialmente difícil para as Forças Armadas, em que a falta de efetivos coloca em causa a operacionalidade plena dos três ramos, e onde a atratividade pela vida militar parece não ser capaz de competir com outras atividades e profissões da sociedade civil, importa encontrar e implementar medidas que possam inverter esta situação.

Sendo na base da pirâmide hierárquica (classe dos praças, os mais jovens) onde se concentra o problema da escassez do efetivo, a isenção para os militares do pagamento



de propinas no ensino público poderá ser um incentivo eficaz para os jovens ingressarem nas fileiras, uma vez que permitirá conciliar a frequência dum determinado curso do ensino público, sem o custo das propinas, com a prestação de serviço num qualquer ramo das Forças Armadas.

São Bento, 4 de Novembro de 2022

O Grupo Parlamentar do Partido CHEGA,

André Ventura - Bruno Nunes – Diogo Pacheco de Amorim - Filipe Melo - Gabriel Mithá
Ribeiro - Jorge Galveias - Pedro Frazão - Pedro Pessanha - Pedro Pinto - Rita Matias -
Rui Afonso - Rui Paulo Sousa